



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28/09/2015
(Contém folhas)

ATA Nº 24

Estiveram presentes os seguintes membros:

| | | |
|--------------------|--|-------|
| Presidente: | José Alberto Pacheco Brito Dias | (PSD) |
| Vereador: | Jorge Alves Custódio | (PSD) |
| Vereador: | João dos Santos Alves | (PSD) |
| Vereador: | Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé | PSD |
| Vereador: | Carlos Manuel Nunes Alegre | (PSD) |

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 28/09/ 2015

ATA Nº 24

----- Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 14 de setembro de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, no dia 18 de setembro, foi assinado o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Ministério da Saúde, Presidência do Concelho de Ministros, Administração Regional de Saúde do Centro e o Município de Pampilhosa da Serra; -----

----- Que, também no dia 18 de setembro, esteve numa reunião com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Pedro Lomba, no âmbito do Programa Escolhas - 6ª Edição; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

2.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.1.1 - Lote de Terreno para Uso Industrial

- Instalação de Unidade Industrial de Produção de Pellets e Parque de Receção de Madeiras e Materiais Lenhosos

Informação do Sr. Presidente da Câmara

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada em 14 de setembro de 2015, a propósito do pedido de contratualização para aquisição de lote de terreno na Zona de Expansão Industrial do Alto das Aldeias, por parte da sociedade SILVIPELLET - Silvicultura, Pellets e Material Lenhoso, Lda, reiterando a convicção de que a instalação daquela unidade industrial, no concelho de Pampilhosa da Serra, terá um impacto económico e social muito positivo no desenvolvimento económico local; -----

----- e que a Câmara Municipal, como parceira ativa e empenhada no processo de desenvolvimento económico do território assumiu o compromisso de tudo fazer, em tempo útil, para efetivar a cedência da área necessária para instalação da unidade industrial de produção de pellets e parque de receção de madeiras e materiais lenhosos, no concelho de Pampilhosa da Serra, empenhando-se assim na criação de um contexto favorável ao investimento; -----

----- Considerando que foram adquiridos terrenos julgados necessários para ampliação, em termos de área, da Zona Industrial de Pampilhosa da Serra; -----

----- Tendo em conta que, em termos legais é necessário proceder à alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Pampilhosa da Serra julga-se oportuno informar a Câmara Municipal que os Serviços da Autarquia encontram-se a elaborar uma proposta de alteração ao Plano de Pormenor por forma a que o mesmo possa integrar um lote de terreno para construção, melhor identificado no Anexo I da presente, que resultará da "anexação" das parcelas infra indicadas, e que se julga poder satisfazer a pretensão da empresa investidora, na instalação da unidade de produção de pellets e parque de receção de madeiras e materiais lenhosos. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

| IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL (localização e artigo matricial= | DESCRIÇÃO PREDIAL | ÁREA REGISTRADA |
|---|-------------------|-----------------|
| Vale Carvalhas Artº 32182 | 8395 | 4 104 M2 |
| Cabeça Pequena Artº 32153 | 8396 | 4 200 M2 |
| Cabeça Pequena Artº 32183 ATUAL: 32670 | 8445 | 4 298 M2 |
| Cabeça Pequena Artº 32154 ATUAL: 32669 | 8444 | 11 413 M2 |
| Cabeça Pequena Artº 32150 | 8410 | 702 M2 |
| Cabeça Pequena Artº 32149 | 8400 | 261 M2 |
| Cabeça Pequena Artº 32148 | 8415 | 555 M2 |
| Covão da Serra Artº 32147 ATUAL: 32671 | 8398 | 1 600 M2 |
| Covão da Serra Artº 32146 ATUAL: 32668 | 8385 | 1 836 M2 |
| Covão da Serra Artº 32141 ATUAL: 32666 | 8383 | 3 558 M2 |
| Covão da Serra Artº 32142 ATUAL: 32667 | 8446 | 1 688 M2 |
| Covão da Serra Artº 32145 | 8403 | 1 400 M2 |

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Aquisição de seis terrenos, sítios na Freguesia de Unhais-o-Velho, inscritos na matriz predial rústica sob os artigos 67, 89, 232, 244, 332 e 746, descritos na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob os nºs 661, 662, 663, 664, 665 e 666 respetivamente.

Informação do Sr. Presidente da Câmara

----- Tendo em conta que a EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., manifestou a intenção em alienar o conjunto dos terrenos supra identificados, todos sítios nas imediações da Barragem de Santa Luzia; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Considerando o acentuado número de visitantes/turistas que procuram aquela zona, por esta ser um lugar aprazível para passar as suas férias, tendo em conta os esforços desenvolvidos por este Município em impulsionar e cativar o turismo na nossa região, existe um superior interesse municipal em efetuar a aquisição de tais terrenos, tendo em conta a vocação e aptidão paisagística dos mesmos; -----

----- Examinados os vários fatores de ponderação de tal aquisição, encetaram-se negociações com a Proprietária dos terrenos em questão, no sentido de encontrar um valor justo a pagar por m², tendo em consideração a aptidão, estado e localização dos terrenos e os valores correntes de mercado que o Município tem pago na aquisição de terrenos similares, apurando-se o valor de 0,46€/m² (conforme informação anexa). -----

----- Assim, no uso das competências que me foram delegadas por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião realizada em 15/10/2013, designadamente a prevista na al. g), do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, informo que irão ser adquiridos os referidos terrenos, pelos montantes constantes do seguinte quadro: -----

| ARTIGO MATRICIAL | FREGUESIA | ÁREA | Valor compra/m ² | PREÇO TOTAL | DESCRIÇÃO PREDIAL |
|---------------------|----------------|----------------------|--------------------------------|-------------------|----------------------|
| 67 | Unhais-o-Velho | 7500 m ² | 0.46€ | 3.450,00€ | 661 |
| 89 | Unhais-o-Velho | 5270 m ² | 0.46€ | 2.424,20€ | 662 |
| 232 | Unhais-o-Velho | 1430 m ² | 0.46€ | 657,80€ | 663 |
| 244 | Unhais-o-Velho | 220 m ² | 0.46€ | 101,20€ | 664 |
| 332 | Unhais-o-Velho | 140 m ² | 0.46€ | 64,40€ | 665 |
| 746 | Unhais-o-Velho | 21250 m ² | 0.46€ | 9.775,00€ | 666 |
| TOTAL | ---- | 35810M2 | ---- | 16.472,60€ | |

----- Dos contactos e negociações encetados, foi acordado o pagamento total de 16.472,60€ (dezassex mil, quatrocentos e setenta e dois euros e sessenta cêntimos), a suportar pelo Município na compra dos terrenos em questão, existindo verba em orçamento para efetuar a referida aquisição, na rubrica 070101 e PPI 21015/49. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2 - SECRETARIA

- 2.2.1 - Penela Race Events Club - III Edição Rally da Pampilhosa da Serra**
 - 07 e 08 de novembro de 2015
 - Pedido de isenção de taxas



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma carta da Penela Race Events Club, com sede em Penela, a solicitar a isenção de taxas para o III Edição Rally da Pampilhosa da Serra, a realizar nos dias 07 e 08 de novembro de 2015. -----

----- Face ao exposto e após análise, tendo em conta a informação dos Serviços de Secretaria emitida sobre o pedido formulado, de acordo com o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 24 de setembro de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.377.062,82 € (Um milhão trezentos e setenta e sete mil sessenta e dois euros e oitenta e dois centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 236.326,14 € (duzentos e trinta e seis mil trezentos e vinte e seis euros e catorze centavos), num total de 1.623.265,56 € (Um milhão seiscentos e vinte e três mil duzentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e seis centavos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)

- Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro - Artigo 112º, nº 13

----- Foi apresentada um ofício da Autoridade Tributária e Aduaneira - Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis, a comunicar que, com a publicação da Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro, foi aditado o nº 13 ao artigo 112º do Código do IML, que prevê a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio-fiscal do proprietário, fixarem uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

| Número de dependentes a cargo | Redução de taxa até |
|-------------------------------|---------------------|
| 1 | 10% |
| 2 | 15% |
| 3 | 20% |

----- Mais referem que, nos termos do nº 14 do artigo 112º do CIMI, a deliberação de redução da taxa do IMI pela assembleia municipal é comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, até 30 de novembro do ano a que o imposto se refere. (...) -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal, a taxa de 10% para 1 (um) dependente; a taxa de 15% para 2 (dois) dependentes e a taxa de 20% para 3 (três) ou mais dependentes. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 – ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

- Quota 2016

----- A Câmara Municipal deliberou retirar o assunto supramencionado da Ordem de Trabalhos a fim de que o mesmo seja submetido a reunião de Câmara em janeiro de 2016.

4- DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 – SERVIÇOS TÉCNICOS – GABINETE DE PROJETO

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Projeto, do seguinte teor: -----

----- *“Encontrando-se a implementação da Grande Rota do Zêzere na sua fase final, estando já agendado o Evento de Lançamento pela ADXTUR enquanto entidade gestora deste projeto, em consonância com os municípios, o município de Figueiró dos Vinhos remeteu através de mail, datado de 17 de setembro de 2015, mapas de informação sobre o valor final de encargo efetivo, bem como mapas dos valores que serão solicitados pelo município de Figueiró dos Vinhos e pela ADXTUR.* -----

----- *A presente documentação remetida e que se anexa à presente informação serve para cabimento e compromisso/retificação, da “Informação de Compromisso com o nº Sequencial 23/2011 deste município, alertando que poderão existir ligeiros ajustes, designadamente num ou noutro caso específico de Municípios, mas que estes valores, a executar no ano de 2015, são os corretos.* -----

----- Assim, o “Mapa Resumo de Encargos Financeiros da GRZ – Grande Rota do Zêzere”



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

apresenta os montantes de "Candidatura/protocolo", subscritos pelo município com o montante elegível de 60374,62 € e um montante de comparticipação de 18112,39 € e o "Encargo Total" (despesas a suportar pelo município) com o montante elegível de 43056,21 € e um montante de comparticipação de 6458,43 €. -----

----- São igualmente apresentados os mapas "Mapa resumo de Encargos Financeiros da GRZ - Grande Rota do Zêzere, incluindo a previsão de Revisão de Preços" e o "Mapa de Calculo da Revisão de Preços Provisória para efeitos de cabimentação, por Município", cabendo ao município de Pampilhosa da Serra, e conforme nota de esclarecimento nos anexos, o montante previsto de 1077,11 €, não sendo este valor objeto de comparticipação Maiscentro, dado as verbas se encontrarem esgotadas e perfazendo um montante de Encargo final do Município o valor de 7535,54 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e remeter para os serviços de Contabilidade. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - OBRAS PÚBLICAS

4.2.1 - Revisão de preços definitiva_Retificação

- Empreitada: Construção da Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra

- Adjudicatário: Consórcio Calado & Duarte, Lda e Odraude, Construção Civil e Obras Públicas, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " No seguimento da notificação efetuada ao adjudicatário em 15/06/2015, através do ofício nº 2826 para proceder ao pagamento da revisão de preços definitiva no montante de 63.525,12 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, veio o líder e representante do consórcio solicitar que lhe seja concedida a faculdade de proceder ao pagamento de forma fracionada. -----

----- Como fundamento do seu pedido, o líder e representante do consórcio refere que o pagamento integral do valor da revisão de preços de uma só vez e no imediato, coloca em causa a situação financeira da empresa. -----

----- Assim, solicita que o valor de 63.525,12 € (sessenta e três mil quinhentos e vinte e cinco euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa de 6%, perfazendo o valor total de 67.336,63 € seja pago em 12 prestações mensais de 5.293,76 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6%, perfazendo o valor mensal total de 5.611,39 €. -----

----- Mais solicita que o início do pagamento seja efetuado em outubro do corrente ano. -----

----- Após análise da pretensão, julga-se, salvo melhor e mais correta opinião, não haver motivos legais que impeçam o Município de aceitar o pagamento fracionado. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim, proponho que seja aceite o pagamento fracionado, num total de 12 prestações, com início em outubro de 2015 no montante de 5.293,76 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6%, cada, perfazendo o valor mensal total de 5.611,39 €. -----

----- O pagamento deverá ser efetuado na tesouraria da Câmara Municipal ou através de transferência bancária para a conta com o NIB 0035.0582.00000013.431.88 da Caixa Geral de Depósitos até ao dia 8 do mês a que respeita. -----

----- No caso de haver a falha no pagamento de uma prestação dentro do prazo estipulado, imediatamente se devem considerar vencidas todas as que se encontrarem em falta. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços Técnicos de obras. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.2 – Revisão de preços definitiva

- **Empreitada: Construção da EB1/JI de Dornelas do Zêzere**

- **Adjudicatário: ARGOCONSTRUTORA, CONSTRUÇÃO CIVIL, LDª**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ De acordo com a deliberação de reunião de Câmara de 31/08/2015, foi apurado um valor total a pagar pelo adjudicatário ao Município de 42.621,72 € (quarenta e dois mil seiscientos e vinte e um euros e setenta e dois centimos), acrescido de IVA, no âmbito da revisão de preços definitiva. -----

----- O adjudicatário apresentou em 23/09/2015 através de ofício datado de 22/09/2015 um conjunto de alegações, onde referiu que a revisão não era devida pelo facto de já ter caducado o direito à mesma e pelo facto da empresa ter sido declarada insolvente e o Município não ter reclamado o valor referente a tal revisão de preços em sede de processo de insolvência tal como já havia apresentado em 23/09/2014 através de ofício datado de 18/09/2014. -----

----- As alegações ora apresentadas em nada diferem nem acrescentam qualquer facto novo relativamente às anteriormente apresentadas e que não haviam merecido a aceitação e consideração do Município em sede de decisão. -----

----- No entanto, reafirma-se o anteriormente referido, nos termos seguintes: -----

----- Quanto à caducidade: -----

----- 1) A empreitada “Construção da EB1 / JI de Dornelas do Zêzere” rege-se efetivamente pelo disposto no Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março dado que a deliberação de abertura de procedimento data de 24/06/2008 e o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro entrou em vigor em 29 de julho de 2008; -----

----- 2) O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 199º do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro; -----

----- 3) Pelo atrás exposto, o referido em 2) na exposição apresentada pela empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Lda, não se aplica à presente empreitada, dado que a mesma se rege pelo disposto no Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março e não pelo Código dos Contratos Públicos como referido; -----

----- 4) O referido em 3) na exposição apresentada pela empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Lda não corresponde à verdade, já que a revisão de preços é obrigatória tal como determinado na cláusula 8ª do contrato de empreitada, celebrado em 07/10/2008; -----

----- 5) A receção provisória ocorreu em 04/12/2009; -----

----- 6) De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 220º do Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, a conta de empreitada deverá ser efetuada de seguida à receção provisória e num prazo de 44 dias, facto que ocorreu na presente empreitada; -----

----- 7) À data da elaboração da conta de empreitada, a qual não inclui os valores da revisão de preços, os índices de custos de materiais ainda não eram conhecidos, sendo que os de julho, agosto e setembro de 2009 foram publicados através do aviso nº 3702/2010 constante no Diário da República nº 36, II Série de 22/02/2010 e os de outubro e novembro de 2009 foram publicados através do aviso nº 10996/2010 constante no Diário da República nº 107, II Série de 02/06/2010. -

----- 8) Na cláusula 8ª do contrato de empreitada celebrado a 07/10/2008 está definida a fórmula da revisão de preços a utilizar na presente empreitada. -----

----- 9) O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 199º do Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro, devendo o preço das empreitadas de obras públicas ser obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei especial, ou seja, no Decreto Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro. -----

----- 10) O referido em 5) na exposição apresentada pela empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Lda não corresponde totalmente à verdade, já que a empresa omite parte do articulado do artigo 19º do Decreto Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro; -----

----- 11) No que respeita à questão da eventual caducidade do direito à revisão, alegada pela empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Lda atento o facto de ter sido assinada a conta da empreitada, cumpra-me informar o seguinte: -----

----- a) A conta da empreitada foi assinada em 14 de janeiro de 2010 pelo Dono de Obra e Empreiteiro; -----

----- b) À data da assinatura da conta de empreitada ainda não eram conhecidos os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais, como acima referido; -----

----- c) Nos termos do nº 1 do artigo 199º do Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, o preço das empreitadas de obras públicas será obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

especial, ou seja, no Decreto Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro; -----

----- d) De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 19º do Decreto Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro, o direito à revisão de preços caduca com a conta da empreitada, salvo nas seguintes situações: -----

----- i. Quando existam reclamações ou acertos pendentes; -----

----- ii Quando não estejam disponíveis os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- iii Quando o cálculo da revisão de preços for da obrigação do dono da obra e a conta final da empreitada não contemple a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- e) Assim e atento o referido em d), verifica-se que à data de elaboração da conta da empreitada, tal como referido em b), não estavam disponíveis os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais e o cálculo da revisão de preços, sendo da obrigação do dono da obra, a conta final da empreitada não contemplou a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais; -----

----- f) Atento o atrás exposto, constata-se que se verificam as condições mencionadas nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 19º do Decreto Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro, não havendo pois caducidade do direito à revisão de preços; -----

----- 12) No que respeita à questão da eventual caducidade do direito à revisão, alegada pela empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Lda pelo facto de esta se encontrar declarada insolvente por sentença proferida em fevereiro de 2012 no âmbito do processo nº 46/12.6TBAGN, julga-se não assistir razão à adjudicatária já que o cálculo do crédito é posterior à data de declaração de insolvência; -----

----- 13) Mais se entende salientar que nada impediu o adjudicatário, pese embora a demora do dono de obra no cálculo da revisão de preços definitiva, de apresentar ele próprio a revisão de preços; -----

----- Não obstante tudo o atrás referido, e dado que a revisão de preços é obrigatória, prevista em cláusula contratual e existe caução para garantir o exato e pontual cumprimento contratual, e dado que a adjudicatária entende não ter o dever de proceder ao pagamento do valor referente à revisão de preços, o Município deverá acionar as garantias existentes para esse efeito, já que o não pagamento, configura um incumprimento contratual, tal como explicitado no acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, proferido no processo nº 08906/12 de 05 de junho de 2014. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias bancárias: -----

----- 1) Garantia bancária nº 125-02-1427305 emitida em 23/09/2008 pelo Banco Comercial Português, S.A., no valor de 61.000,61 €, correspondente a 5% do valor total da empreitada; -----

----- 2) Garantia bancária nº 125-02-1619303 emitida em 10/12/2009 pelo Banco Comercial Português, S.A., no valor de 61.000,61 €, correspondente a 5% do valor total da empreitada; -----

----- Nestes termos propõe-se o acionamento da garantia bancária nº 125-02-1427305 emitida em 23/09/2008 pelo Banco Comercial Português, S.A., no valor de 61.000,61 €, de modo a que o Município seja ressarcido do montante de 42.621,72 € (quarenta e dois mil seiscientos e vinte e um euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA, perfazendo o valor total de 45.179,02 €. O valor



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

a solicitar ao Banco Comercial Português, S.A. deverá ser única e exclusivamente o referente ao montante de 45.179,02 €.

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços Técnicos de Obras. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.3 - Receção definitiva e libertação de caução

- **Empreitada: Construção da Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra**

- **Adjudicatário: Consórcio Calado & Duarte, Lda e Odraude, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 16/09/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, foram detetadas anomalias pelo que os trabalhos não poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que não estão reunidas as condições necessárias para aceitar definitivamente os trabalhos, propondo-se a homologação do auto de receção definitiva anexo e a não libertação da garantia bancária existente. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.4 - Receção definitiva e libertação de caução

- **Empreitada: Revestimento de valetas na Estrada Municipal entre Casa do Guarda e Cruzamento de vidual**

- **Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 16/09/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, foram detetadas anomalias pelo que os trabalhos não poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que não estão reunidas as condições necessárias para aceitar definitivamente os trabalhos, propondo-se a homologação do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

auto de receção definitiva anexo e a não libertação da garantia bancaria existente. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.5 - Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Revestimento de valetas na Estrada Municipal entre Fajão e Central Elétrica

- Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 16/09/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, foram detetadas anomalias pelo que os trabalhos não poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que não estão reunidas as condições necessárias para aceitar definitivamente os trabalhos, propondo-se a homologação do auto de receção definitiva anexo e a não libertação da garantia bancaria existente. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.6 - Construção de Edifício de Armazéns _ Z.I. de Portela de Unhais_Libertação de caução

- Calado & Duarte, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Construção de Edifício de Armazéns _ Z.I. de Portela de Unhais, a firma Calado & Duarte, Lda, apresentou em 10/08/2015 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 10 de setembro de 2015 no local da empreitada, com a presença



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do representante do adjudicatário, Eng^o Paulo Jorge Mendes Calado. -----
----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada apresentam as seguintes anomalias: -----

----- a) Roturas sistemáticas nas baixadas de abastecimento de água das 3 frações, devido a deficiências do tubo aplicado, sendo necessário proceder à substituição das mesmas; -----

----- b) As portas metálicas (2 por cada fração) que possuem barra anti pânico, quando fechadas à chave pelo exterior não abrem pelo interior, não cumprindo com as suas funções de evacuação já que o acionamento da barra anti pânico não permite a sua abertura. É necessário substituir a fechadura atual por uma fechadura sem trancamento; -----

----- c) Os painéis exteriores pintados de cinza, nas 3 frações, apresentam descoloração acentuada, sendo necessária a sua repintura; -----

----- d) A pintura dos portões, nas 3 frações, está a descascar, sendo necessária a sua repintura; -

----- e) Existem fissuras especialmente junto dos portões de entrada exterior que é necessário tratar e refechar. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal, pois apesar de existirem anomalias que é necessário reparar / corrigir, entende-se, salvo melhor e mais correta apreciação, que são pouco relevantes e não justificam a não liberação da caução nos termos solicitados, tanto mais que o valor que ainda fica retido é superior ao valor das reparações. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia Bancária nº 125-02-1630950, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. em 19/01/2010 no montante de 24.304,93 €; -----

----- 2) Garantia Bancária nº 00375149, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A em 02/04/2012 no montante de 24.304,93 €; -----

----- 3) Montante de 1.631,45 €, retido aquando do pagamento da revisão de preços e correspondente a 10% do valor da citada revisão; -----

----- Nestes termos, julga-se salvo melhor e mais correta opinião, que a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se o seguinte: -----

----- a) Devolução do montante de 1.631,45 €, retido aquando do pagamento da revisão de preços; -----

----- b) Cancelamento da garantia bancária nº 125-02-1630950, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. em 19/01/2010 no montante de 24.304,93 €; -----

----- c) Redução do montante da garantia bancária nº 00375149, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A em 02/04/2012 no montante de 24.304,93 € para 12.560,33 €; -----

----- d) Notificação da firma Calado & Duarte, Lda para que no prazo máximo de 30 dias, contados da data da notificação da deliberação que vier a recair sobre a presente informação, proceda à correção das anomalias constantes do auto de vistoria datado de 10/09/2015 e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

reafirmadas na presente informação. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços Técnicos de Obras. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.7 - Obras de Urbanização_Lote8E_Qt. De S. Martinho_Liberação de caução - Calado & Duarte, Ld^a

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- "Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Obras de Urbanização_Lote 8E_Qt. De S. Martinho", a firma Calado & Duarte, Ld^a, apresentou em 10/08/2015 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 10 de setembro de 2015 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº N00376599, no valor de 14.953,85 € (catorze mil novecentos e cinquenta e três euros e oitenta e cinco centavos), emitida em 30/05/2012 pelo Banco Espírito Santo, S.A., correspondente a 10% do valor total da adjudicação; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:

----- a) Redução do montante da garantia bancária nº N00376599, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A em 30/05/2012 no montante de 14.953,85 € para 3.738,46 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.8 - Requalificação do Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra_Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- *"Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Requalificação do Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra", a firma Calado & Duarte, Lda, apresentou em 10/08/2015 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----*

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 10 de setembro de 2015 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 45% do valor das garantias existentes correspondentes ao valor dos trabalhos e 75% do valor correspondente à retenção efetuada aquando do pagamento da revisão de preços, nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/11301371, emitida pelo Banco BPI, S.A em 03/05/2011 no montante inicial de 15.927,10 € e atual de 11.148,97 €; -----

----- 2) Retenção de 67,70 € aquando do pagamento da revisão de preços; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se o seguinte: -----

----- a) Redução do montante da garantia bancária nºGAR/11301371, emitida pelo Banco BPI, S.A em 03/05/2011 no montante de 11.148,97 € para 4.776,82 €; -----

----- b) Devolução do montante de 67,70 € retido aquando do pagamento da revisão de preços. --
----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.2.9 - Requalificação de Arruamentos_Pampilhosa da Serra_Liberação de caução - Calado & Duarte, Ld^a

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- *"Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Requalificação de Arruamentos_Pampilhosa da Serra", a firma Calado & Duarte, Ld^a, apresentou em 10/08/2015 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----*

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 10 de setembro de 2015 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 45% do valor das garantias existentes, nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Retenção de 2.228,10 €; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:

----- a) Restituição do montante de 1.432,35 € correspondente a 45% do valor inicial das garantias que era de 3.183,00 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - GABINETE FLORESTAL

5.1.1 - Funcionamento do GAL - ELOZ

- Pagamento de comparticipação



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- Foi presente uma informação do Gabinete Florestal, do seguinte teor: -----
- “ Tendo como base o contrato de parceria firmado entre as Associações Pinhais do Zêzere e a Dueceira e a deliberação tomada na reunião da Direção da Pinhais, dia 14 de setembro de 2015, a Pinhais do Zêzere tem que efetuar o pagamento das obrigações financeiras de suporte ao financiamento do GAL/ELOZ. -----
- A Dueceira – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça solicitou à Pinhais do Zêzere a comparticipação que cabe a esta associação, no que respeita ao Sub-Programa 3 do PRODER. Isto deve-se ao facto dos orçamentos da Medida 3.5 – Funcionamento do Grupo de Ação Local se encontrarem esgotados e ser necessário assegurar o trabalho de encerramento do Programa, de outubro de 2014 a 30 de junho de 2015. -----
- O órgão de gestão do GAL/ELOZ deliberou que a verba necessária para o referido funcionamento seria assegurada pelas Associações que integram o GAL (Pinhais do Zêzere e Dueceira), na percentagem correspondente à ajuda pública aprovada, para o apoio aos projetos localizados nas respetivas áreas de abrangência. -----
- Do custo total de financiamento do GAL/ELOZ, no período referido, cabe à Pinhais do Zêzere comparticipar com 55.779,03 € (cinquenta e cinco mil setecentos e setenta e nove euros e três cêntimos). -----
- Assim, para se proceder ao respetivo pagamento, o Município de Pampilhosa da Serra tem que comparticipar com 25% do valor anteriormente referido, 13.944,76 € (treze mil novecentos e quarenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos).-----
- À consideração superior.” -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder ao pagamento da importância de 13.944,76 €. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

6.1 - EDUCAÇÃO

6.1.1 - Adenda ao Protocolo de Colaboração - Atividades de Enriquecimento Curricular 2015/2016

- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----
- “ No âmbito do Protocolo de Colaboração que define todas as condições necessárias para a execução das Atividades de Enriquecimento Curricular 2015/2016, celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra em 01.09.2015



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

(após aprovação em reunião de Câmara de 31-08-2015) , traz-se ao conhecimento de V.Ex^a a necessidade de retificação do mesmo, na sequência da abertura de uma nova turma de 1º CEB na Escola Básica e Secundária de Pampilhosa da Serra. -----

----- A abertura desta nova turma implica uma necessária alteração (abaixo transcrita) ao ponto 5 da cláusula 1ª do referido Protocolo, que remete para o número de horas necessárias por atividade e estabelecimentos de ensino: -----

| Estabelecimento de ensino | Designação da AEC | Nº de horas (hora = 60 minutos) |
|---|-------------------------------|---------------------------------|
| Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra | Atividades Lúdico-Expressivas | 7 horas |
| Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra | Atividade Físico-Desportiva | 4 horas |
| Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra | Inglês | 3 horas |
| Escola Básica D. Eurico Dias Nogueira, Dornelas do Zêzere | Atividades Lúdico-Expressivas | 4 horas |
| Escola Básica D. Eurico Dias Nogueira, Dornelas do Zêzere | Atividade Físico-Desportiva | 2 horas |
| Escola Básica D. Eurico Dias Nogueira, Dornelas do Zêzere | Inglês | 2 horas |

----- Assim, submete-se para aprovação, proposta de Adenda ao referido Protocolo de acordo com os novos dados e em conformidade com a Portaria nº 644-A/2015 de 24 de agosto, que define as regras a observar no funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.1.2 - Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra - Casa da Criança

- Pedido de donativo para aquisição de um quadro interativo (equipamentos audiovisuais e interativos) para a Casa da Criança

----- Foi presente uma carta da Santa Casa da Misericórdia - Casa da Criança, a solicitar a colaboração da Autarquia para a aquisição de um quadro interativo, destinado à Casa da Criança de Pampilhosa da Serra, de forma a proporcionar às crianças uma prática educativa de qualidade e no sentido de estimular o desenvolvimento das mais variadas



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

competências e habilidades, pelo recurso à utilização de novas tecnologias. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade ofertar o quadro interativo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- Nos termos do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a reunião foi pública, de acordo com o preceituado no artigo acima referenciado, não tendo estado presente qualquer munícipe. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----



